

## MBYÁ AYVU: o lugar dos saberes tradicionais

Silva, Cintia dos Santos Pereira da<sup>1</sup>  
Freitas, Mariana Gonzaga Marques de<sup>2</sup>  
Santos, Eduardo Bernardo dos<sup>3</sup>

### Resumo

Neste trabalho temos o intuito de apresentar o processo de elaboração do Mbyá Ayvu, um material de apoio didático construído de forma participativa com membros da Terra Indígena Rio Silveira. Relatamos aqui o processo de construção desse material, assim como nossas experiências com a comunidade indígena, discorrendo também sobre a importância do ensino/aprendizado bilíngue nas escolas indígenas.

**Palavras-chave:** Geografia, Indígena, Língua.

### Introdução:

O projeto de extensão universitária *Atlas Escolar Bilíngue Guarani-Português: Território e Cultura, a Comunidade e Terra Indígena 'Rio Silveira' (Tekoha Moruñi)*, ligado ao departamento de geografia da Unicamp teve como proposta elaborar um material de apoio didático que reunisse conhecimentos tradicionais e o entendimento de mundo dos indígenas da aldeia acima mencionada à geografia. Trata-se de um grupo formado por estudantes universitários, indígenas e colaboradores, que em um trabalho extenso pode concretizar uma demanda educacional indicada pelos próprios Mbyá. A aldeia dos Guarani Mbyá em questão localiza-se no litoral norte do Estado de São Paulo, no município de Bertiooga. Moram na aldeia cerca de 470 indígenas, entre crianças, jovens e adultos falantes da língua Guarani, a maioria falante do dialeto Mbyá dessa língua. Seu território foi declarado em 2012, contudo é alvo de constantes ameaças da especulação imobiliária nos arredores da aldeia. Apesar desse risco os Guarani Mbyá mantêm ainda suas tradições e a manutenção da sua cultura e do seu modo de ser. Nesse sentido, o projeto teve como objetivo colaborar para que essa manutenção

---

<sup>1</sup> Antropóloga, doutoranda em Geografia, Mestra em Geografia pelo Departamento de Geografia da Unicamp. cintiasps1980@gmail.com.

<sup>2</sup> Graduada em Linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. E-mail: mari.gmfreitas@gmail.com.

<sup>3</sup> Graduado no curso de licenciatura em Geografia pela Unicamp. edu.bernardo.santos@gmail.com

pudesse unir conhecimento tradicional e educação formal, encontrando no material elaborado na língua Guarani tanto uma ferramenta de projeção educacional para as gerações futuras como um material de apoio à luta pela manutenção do seu *Teko*.

Para os Guarani Mbyá a vida telúrica é um reflexo da “Yvy mara’ey”. Por analogia a nossa língua, o português, por muitas vezes chamam o *yvy mara’ey* de “Terra sem Males”, assim como nós, fazendo referência ao lugar que fica acima de nós, onde moram seu deus Ñanderu e todos aqueles que já habitaram a vida terrena. A vida na terra é, portanto vista pelos Mbyá, como um reflexo simétrico do céu habitado por seres cosmológicos, cuja ligação é feita pelo *teko*. Essa relação é indispensável para se entender como os Guarani se relacionam com o lugar onde vivem, pois o *teko* é o modo de ser, de viver e de estar no mundo. É através dele que podemos compreender como os Guarani Mbyá se relacionam com a vida na terra e com o cosmos.

Seguindo essa aproximação, o *teko* fundamenta por meio do reflexo, como os Guarani se relacionam, dentre outras variáveis, com o lugar onde vivem. Nesse sentido, o lugar é sua base espacial onde se manifesta seu modo de ser Guarani.

Durante a elaboração do projeto de extensão universitária esses ensinamentos foram gradativamente sendo passados a nós que por meio de estudos e reuniões fomos encaixando cada peça com o propósito de construir, conjuntamente com nossos interlocutores, uma representação do *teko* a partir as atividades desenvolvidas na aldeia. Nesse momento os objetivos vão se tornando mais compreensíveis a ponto de atender a demanda dos indígenas sobre nossa proposta.

Inicialmente o projeto orientou-se para atividades que reunissem a geografia à realidade da aldeia. Os ensinamentos transmitidos pelos Mbyá trouxeram uma nova perspectiva para essa atividade de extensão que era a de envolver no projeto de extensão universitária: a sala de aula, as crianças da aldeia, os professores indígenas e o *karaí* (xamã indígena).

Para agrupar essa demanda voltamos o olhar para o entendimento Guarani Mbyá sobre as atividades que eles desenvolviam na vida cotidiana e como tanto a escola e a geografia se inter-relacionavam e poderiam ser representados nesse material.

Para os Guarani Mbyá tudo é *teko*, cada gesto, manifestação cultural, relações, comportamento, atividades, é regido pelo modo de ser, de viver e de estar no mundo. Com base nisso podemos organizar as atividades em etapas. Inicialmente, dividimos o trabalho em

duas frentes: a primeira tarefa foi acompanhar durante vários trabalhos de campo, caminhando por trilhas ou na casa de reza, todo o ensinamento que nos era transmitido, sobretudo pelo *Karaí*, ao mesmo tempo em que visitávamos a escola para entender como esses ensinamentos tradicionais eram inseridos na prática escolar. O percurso seguinte alternando campo e gabinete (entenda-se aqui as diversas reuniões do grupo de extensão) foi estruturar todos os dados coletados por meio de entrevistas e organizá-los por tema. Nesse momento nossos interlocutores nos orientaram sobre a demanda que se concretizou na elaboração de um livro com alguns aspectos da língua Guarani Mbyá, especialmente verbos, para ser usado como apoio didático em sala de aula.

A convergência entre a geografia, a extensão e o material de apoio didático tornou-se evidente a partir do momento em que compreendemos que todos os verbos que constam no material são verbos que tem relação concreta e prática com o modo de ser, viver e estar no mundo, isto é, o *teko*. As ações representam cada elemento que se relacionam com cada lugar e momento, e fazem parte da construção espacial das relações humanas e cosmológicas. Dessa maneira, o material produzido transpõe a sala de aula, pois incorpora no ensinamento das salas de aula, a tradição oral transmitida pelos mais velhos, e reforça a cultura e relação do Guarani Mbyá com o lugar onde vivem.

O projeto teve como objetivo principal a elaboração de um material de apoio didático na língua Guarani para ser utilizado nas escolas dentro da aldeia Guarani Mbyá Rio Silveira. Todo o material utilizado na aldeia é unicamente em português, desrespeitando tanto a Constituição de 1988 como Lei de Diretrizes e Bases, que garantem aos povos indígenas o direito à uma educação escolar bilíngue que respeite sua cultura e os ensinamentos tradicionais de cada grupo. Com base nisso, o projeto foi preconcebido como uma ferramenta que pode auxiliar os professores das escolas a se aproximarem daquilo que lhes é garantido constitucionalmente.

Diante disso, os resultados proporcionaram frutos como projeto de extensão tanto para os Guarani Mbya como para os saberes acadêmicos. A produção desse material de apoio didático transformou-se em livro e será adotado em sala de aula pelos professores indígenas de forma experimental. O contato com outra cultura, outros saberes e outra língua foi fundamental para que a extensão se concretizasse como a aproximação de saberes que muitas vezes são separados, mas que na realidade tem muito a propor mutuamente.

Portanto, o projeto de extensão Universitária Unicamp teve como objetivo elaborar material de apoio didático na língua Guarani. Foi concebido de forma colaborativa um livro sobre a língua Guarani para ser utilizado como material de apoio didático nas escolas dentro da aldeia Guarani Mbyá Rio Silveira – Bertiooga – São Paulo. Contamos com o apoio técnico de membros da aldeia que participaram ativamente da sua elaboração. Esse material foi o resultado de um intenso trabalho entre estudantes universitários e comunidade indígena que a partir do Projeto de Extensão Comunitária da Unicamp pode retornar para a comunidade um material que respondessem uma de suas demandas na área de educação. Sobretudo, sendo um material que pudesse ser utilizado como apoio no processo educacional, mas que fosse elaborado na língua Guarani, e que apresentasse os princípios da cultura Guarani.

### **Contexto etnoeducacional e a experiência do projeto de extensão universitária**

As populações tradicionais no Brasil, sobretudo os grupos indígenas, ocupam desde tempos imemoriais territórios que historicamente sofrem intrusões de outros grupos. A relação desses grupos com o território é permeada por diversas características que em conjunto conformam a sua noção de mundo e de entendimento da sua relação com a natureza. Os constantes e incessantes conflitos em território indígena tem demonstrado que o seu modo de vida é visto como empecilho ao desenvolvimento do país como muitos agentes pregam, a exemplo dos grandes produtores de terra. Neste contexto de luta pela permanência em suas terras e manutenção do seu modo de vida, os grupos indígenas tem-se empenhado em garantir o mínimo dos seus direitos conquistados através da resistência e da reivindicação daquilo que lhes é garantido pela Constituição de 1988, enquanto reconhecimento como grupo tradicional.

Dentre suas reivindicações estão o direito à manutenção da sua cultura e à educação escolar bilíngue oferecida pelas escolas de esfera municipal e estadual. Para entendermos melhor a situação é preciso reconstituir brevemente a inserção histórica de escolas dentro das aldeias indígenas.

No momento da chegada dos europeus no Brasil estima-se que existiam cerca de 1.175 línguas segundo aponta Rodrigues (1993), das quais somente 170 ainda são faladas (D'Angelis, 2014, p.93). Esse contraste explica-se pelos constantes conflitos, fome, doenças e escravidão a qual boa parte dessa população foram submetidos durante o período colonial. O contato linguístico e cultural com europeus trouxe mudanças não só na língua, mas também

nas suas relações socioculturais, levando uma considerável parte da população indígena ao extermínio.

As línguas indígenas ainda faladas hoje por diversos grupos espalhados pelo território nacional funcionam como um marcador de resistência, pois mesmo com o contato com não indígenas, esses grupos ainda mantêm seu modo de vida, seu entendimento do mundo, e principalmente, sua identidade.

Sendo um marcador cultural importante, a manutenção de cada língua indígena enfrenta os mais diversos obstáculos. Um deles é relação que a língua indígena tem o processo de ensino aprendido dentro das aldeias oferecido pelos órgãos públicos (secretarias de educação). Coexistem nas aldeias dois tipos de sistema educação: um que obedece ao estabelecido no Plano Nacional de Educação com a determinação de territórios etnoeducacionais; e outro que insere dentro das aldeias escolas municipais e estaduais que obedecem ao sistema tradicional de educação monolíngue.

Os territórios etnoeducacionais são programas desenvolvidos de forma regional a partir da solicitação dos próprios grupos que participam ativamente da elaboração do plano e implementação nas aldeias selecionadas. Cabe aos indígenas o planejamento de forma integral desse sistema, apontando dentre outros fatores todas as necessidades que vislumbrem na elaboração e execução desse projeto.

Há no Brasil alguns territórios etnoeducacionais já em funcionamento, principalmente nos estados do norte do país. Neles os próprios grupos indígenas escolhem qual etnia poderá participar da escola, criando um zoneamento próprio a partir do seu próprio entendimento de educação e das relações de reciprocidade que existem entre os grupos indígenas. (IVO; SILVA, 2017, 212), ou seja, ele ultrapassa os limites territoriais, seja das terras indígenas demarcadas, seja do pacto federativo. Os próprios indígenas escolhem o material a ser utilizado e de que forma funcionará a educação. A dinâmica pode ser seriada, como no modelo de educação tradicional do país, ou ser proposta uma outra forma de ensino. Nesses parâmetros, observamos que a relação entre os saberes tradicionais e escolar estão mutuamente relacionados, sendo o primeiro a base de todo o sistema vigente nesses territórios etnoeducacionais.

Já o modelo de educação nas aldeias que segue o modelo tradicional e seriado, encontra-se especialmente nas aldeias nas regiões sul e sudeste. As cidades foram sendo construídas com maior proximidade a essas aldeias, sendo relevante refletir essa aproximação

e em muitos casos intrusão como ferramenta para o entendimento do próprio sistema educacional dentro dessas aldeias. O sistema utilizado, portanto, é o mesmo que em outras escolas, sejam municipais ou estaduais, com materiais em português, alunos separados por série e idade, e com conteúdo de aprendizado focado totalmente no ensino do modelo hegemônico.

Com base nesse modelo, nosso projeto de extensão tem como característica a inserção das demandas dos grupos indígenas no processo de ensino e aprendizagem. Podemos enumerar algumas delas que se tornam transversais em suas reivindicações: educação escolar bilíngue (na língua falada na aldeia), elaboração de material bilíngue que respeite o modo de vida dos grupos, assim como o modo de ensino tradicional de cada grupo, respeito às tradições e aos calendários festivos e ritualísticos, que muitas vezes entram em conflito com o modelo hegemônico.

Nesse contexto, o grupo de extensão da Unicamp formado por alunos de graduação e pós graduação de várias áreas como antropologia, geografia, linguística, letras, dança e contando também com colaboradores externos e falantes da língua no grupo, coordenado pelo professor Vicente E. L. Alves do instituto de Geografia, tem construído junto ao grupo indígena Guarani Mbya Rio Silveira (Bertioga-SP) materiais que atendam suas necessidades e que possam servir como apoio didático nas escolas da aldeia.

Inicialmente o projeto de extensão, iniciado em 2013, tinha como intuito elaborar junto à comunidade mapas de cartografia social participativa, que pudessem ser utilizados pelo grupo para reivindicação dos seus territórios, já que tramita ainda na Funai um pedido de revisão de delimitação do território demarcado. Durante a fase inicial do projeto, à medida que estreitávamos laços com nossos interlocutores na aldeia, estes nos traziam demandas que passaram a incrementar a princípio o projeto, mas que acabaram por transformá-lo em um projeto maior. O alcance dessa proposta ultrapassou o da cartografia social participativa, ainda uma das partes importantes do projeto, mas este foi reconfigurado para uma nova área, a elaboração de alguns materiais de apoio didático bilíngue.

Nesse momento nossos interlocutores indígenas nos mostraram a necessidade evidente e urgente que juntos elaborarmos um material bilíngue de apoio didático que possa ser utilizado nas escolas da aldeia, mas que também sirva de modelo para as outras escolas nas aldeias indígenas.

Algumas fases do projeto já foram concluídas, como a elaboração de um livro sobre a língua somente em Guarani, que foi integralmente um projeto em colaboração com alguns membros da aldeia, sobretudo, o Karaí Sérgio Macena e seu irmão, professor da escola municipal dentro da aldeia, Antonio Macena. Ambos participam ativamente do projeto desde o seu início, apontando a direção e todo o conteúdo que deverá constar nos materiais.

Além do livro já publicado, está em fase de finalização um livro bilíngue sobre a fauna e a flora Guarani, e outro em elaboração sobre as características histórica, social, linguística, e cosmológica do grupo, também bilíngue.

O projeto de extensão que conta com apoio financeiro da PREAC/Unicamp para projetos de extensão desde do início em 2013, o que permitiu aos envolvidos trocarem saberes em visitas à aldeia, sobretudo, aproximando-os como forma de criar um envolvimento maior da universidade e do seu papel enquanto sociedade acadêmica, nos aproximando da comunidade.

### **O papel social do Mbyá Ayvu**

O Mbya Ayvu foi uma ideia proposta por lideranças da Terra Indígena Rio Silveira e acatada com satisfação pelos participantes do projeto de extensão. O pedido veio da dificuldade em se trabalhar, dentro das duas escolas indígenas, conteúdos relacionados à língua e à escrita do Guarani-Mbyá, língua da família linguística Tupi-Guarani. Esse material de apoio didático-pedagógico tem como objetivo auxiliar no ensino/aprendizado da linguagem e da escrita do Guarani e do Português e foi metodologicamente pensado para promover uma maior aproximação entre o conteúdo escolar e os elementos cotidianos que compõe o tekoa dos professores e dos alunos, diminuindo a distância entre o estudo escolar e a visão de mundo e de território que os Guarani vivenciam em seu tekoa, assim como cumprir o direito constitucional do ensino bilíngue para os povos indígenas.

Durante o decorrer do projeto de extensão realizamos diversos trabalhos de campo, procurando absorver o máximo possível da realidade em que os Guarani-Mbyá se inserem. Uma das atividades de campo consistiu em uma oficina aplicada aos alunos da escola indígena, localizada dentro da aldeia. A oficina tinha como objetivo um mapeamento mental do tekoa, buscando desenvolver junto com os alunos e professores quais os elementos presentes na aldeia que compõe o tekoa. O resultado foi um material diverso e rico, que

mostrou uma série de elementos que fazem parte da dinâmica de vida dos indígenas ali situados. Os desenhos feitos pelas crianças da aldeia foram utilizados para ilustrar o Mbyá-Ayvu, resultando em um belo material. Todo o processo de criação desse material foi feito de forma participativa, onde os professores Antônio Macena e Sérgio Macena, ambos indígenas Guarani-Mbyá, tiveram um papel fundamental na execução e criação do material de apoio didático, sobretudo ao que diz respeito às palavras escolhidas para entrarem no livro, assim como a revisão das palavras em Guarani-Mbyá. Dessa forma o projeto procurou, mesmo que com algumas limitações, possuir o caráter mais participativo possível, onde as principais decisões relacionadas aos conteúdos que entraram no livro partiu da motivação de integrantes da aldeia.

O Mbyá-Ayvu é dividido em quatro partes, a primeira (ayvu'i) compreende algumas listas de substantivos separadas por categorias (alimentos, roupas, animais, partes da natureza etc.). A segunda parte (mba'emo jareko) é apresentada o paradigma da posse linguística, onde estão presentes os substantivos relacionados à posse (nomes inalienáveis, termos de parentesco, partes do corpo). Já na terceira parte (Nhandeayvu) está presente uma lista de verbos do Mbyá e a quarta parte (pembopara) é composta por sugestões de atividades de escrita na língua indígena, com propostas de pequenos textos com temas sugeridos pelos próprios professores das escolas da aldeia. Além disso o material também é composto por pequenos textos elaborados pelo Karáí Sérgio Macena, abordando questões culturais de extrema importância para o povo Guarani.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) fica assegurada às comunidades indígenas “a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (BRASIL, 1996, p.23), tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio. Outro ponto importante se faz presente nos artigos 78 e 79 da LDB (1996, p.49):

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I – proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;



II – garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não índias.

Art. 79. A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

§ 1o Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

§ 2o Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:

I – fortalecer as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena;

II – manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;

III – desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;

IV – elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.

§ 3o No que se refere à educação superior, sem prejuízo de outras ações, o atendimento aos povos indígenas efetivar-se-á, nas universidades públicas e privadas, mediante a oferta de ensino e de assistência estudantil, assim como de estímulo à pesquisa e desenvolvimento de programas especiais.

Portanto é dever do Estado garantir, incentivar e criar condições para a oferta de uma educação escolar bilíngue, proporcionando assim o resgate histórico de sua cultura e de suas tradições, procurando valorizar as crenças e as línguas indígenas. Também cabe ao Estado o apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino voltados às comunidades indígenas, visando fortalecer a língua e as práticas socioculturais estabelecidas em cada comunidade indígena, assim como o desenvolvimento de materiais didáticos e curriculares específicos, trazendo elementos culturais que representem as respectivas comunidades indígenas. Entretanto, ao conhecermos melhor a comunidade indígena Rio Silveira, percebemos que todo o material didático utilizado nas escolas indígenas dentro da aldeia tinha como única língua o Português. Nessas escolas indígenas é utilizado como material didático o mesmo sistema apostilado das escolas públicas não-indígenas, não respeitando assim um direito constitucional importante para a manutenção da língua indígena. Estima-se que em 1500 eram faladas pelo menos 1.175 línguas indígenas no Brasil (Rodrigues, 1993), hoje esse número se vê reduzido à 170 línguas

(cf. D'Angelis, 2014, p.93). A língua é um dos elementos principais que definem a identidade de um povo ou de um grupo social, para os indígenas sua língua materna é um elemento crucial para o mantimento de sua cultura. Atualmente é visível em diversos grupos étnicos uma substituição da língua materna pelo Português, tornando-o a primeira língua. Esse processo é acentuado pelo avanço das cidades, ocasionando contatos linguísticos cada vez mais frequentes. Portanto, concordamos com D'Angelis quando este afirma que “desenvolver a escrita em língua indígena é uma das formas importantes, e, possivelmente, uma das mais eficazes, para uma política de resistência da língua indígena frente às pressões da língua majoritária” (D'Angelis, 2005, p.15). Dessa forma o Mbyá Ayvu possui um caráter que visa fortalecer e modernizar a língua indígena, servindo como uma importante ferramenta de resistência para os Guarani Mbyá e sua luta pela manutenção de seus direitos.

A língua indígena, no caso o Guarani-Mbyá, é um elemento estruturante da cultura dos Guarani do Rio Silveira, no processo de elaboração do Mbyá Ayvu tínhamos como objetivo aproximar os conteúdos referentes ao processo de alfabetização e letramento nas escolas indígenas de dentro da aldeia com os principais elementos que compõe o *tekoa*, ou seja, todo o material está baseado no modo Guarani Mbyá de ser/estar no mundo, trazendo elementos do cotidiano indígena para perto dos os conteúdos escolares. O modo de vida Guarani reflete uma dinâmica de mundo muito singular, e essa dinâmica é refletida nas escolas e nas práticas pedagógicas adotadas pelos professores, que em maior parte também são indígenas. Esse material, como já dito, foi elaborado de forma participativa, onde por meio de trabalhos de campo e de entrevistas com as lideranças indígenas da aldeia pudemos ter uma noção aprofundada dos principais elementos que compõe o espaço geográfico e cosmológico Guarani Mbyá, como o *tekoa* (aldeia/território Guarani), a *opy* (casa de reza), a *Yvy Marãey* (Terra sem Mal dos Guarani), as *Kagüy* (matas) etc<sup>3</sup>, assim como ter uma ideia da noção de território que estes possuem, uma visão totalmente diferente que se assemelha a uma “visão de mundo” (LADEIRA, 2008), ou seja, sua noção de território define o modo de ser/vida Guarani, onde não existe posse da terra ou das matas, de modo que, segundo sua cosmologia, todo o *tekoa* pertence a *Nhanderu* (nosso pai), que é uma divindade Guarani criadora de toda a terra e que destinou as *Kagüy* para os Guaranis viverem. O território Guarani se resume em

<sup>3</sup> A tradução desses termos se deu por meio das entrevistas e trabalhos de campo realizados no decorrer do projeto, mas também por meio de uma vasta bibliografia utilizada. Para a melhor elucidação desses conceitos recomenda-se o livro “O espaço geográfico Guarani Mbya: significado, constituição e uso” de Ladeira, 2008.

toda a terra onde é possível o mantimento de sua cultura, ou seja, onde o modo de vida Guarani pode ser reproduzido.

Portanto a construção do Mbyá Ayvu demandou um esforço muito grande em trazer a visão de mundo dos Guarani Mbyá para dentro do material, de modo que este só poderia ser feito de forma participativa, onde o protagonismo das decisões acerca dos conteúdos presentes no material partiu dos indígenas. Como resultado tivemos uma ótima recepção do material por parte dos indígenas da Ribeirão Silveira, visto que os conteúdos presentes no Mbyá Ayvu contemplam uma necessidade dos indígenas em trabalhar traços de sua própria cultura dentro do material didático (e futuramente dentro do ambiente escolar). Atualmente esse material de apoio didático colocado dentro das escolas indígenas da aldeia, justamente para que possamos testá-lo, a fim de garantir que cumpra sua função social para os Guarani Mbyá da Terra Indígena Rio Silveira, auxiliando nessa importante luta dos povos indígenas pelos seus direitos no Brasil.

### Referências Bibliográficas

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; SOUSA, Fernanda Brabo. **Territórios etnoeducacionais: ressitando a educação escolar indígena no Brasil**. Pro-Posições, v. 26, n. 2 (77), p. 143-161, mai./ago. 2015.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. Introdução às línguas indígenas brasileiras. (3ª ed.). Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 17 ed. Brasília: Centro de Documentação e Informação - Coordenação de Publicações, 1988.

\_\_\_\_\_. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Ministério da Educação e do desporto - Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 1998.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, DF, n. 248, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.861/2009, de 27 de maio de 2009. Dispõe sobre a **Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências**. Diário Oficial da União - Seção 1 - 28/5/2009, Página 23.

CONVENÇÃO n° 169 Sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / **Organização Internacional do Trabalho**. - Brasília: OIT, 2011, 1 v.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Programas bilíngües, diglossia e língua indígena na escola. In: VEIGA, Juracilda; FERREIRA, Maria Beatriz Rocha. (Org.). **Desafios atuais da educação escolar indígena**. 1a.ed.Campinas ; Brasília: Núcleo de Cultura e Educação Indígena da ALB; Secr. Nac. de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, 2005, v. , p. 117-121.

\_\_\_\_\_. **Aprisionando sonhos: a educação escolar indígena no Brasil**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2012.

\_\_\_\_\_. Línguas indígenas no Brasil: urgência de ações para que sobrevivam. In: BOMFIM, Anari Braz; COSTA, Francisco Vanderlei Ferreira da. (Org.). **Revitalização de língua indígena e educação escolar indígena inclusiva**. 1aed. Salvador, BA: Empresa Gráfica da Bahia, 2014, p. 93-117.

FERREIRA NETTO, Waldemar. **Os índios e a alfabetização**. 1. ed. São Paulo: Paulistana, 2012. v. 1. 178 p.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Censo da educação básica: 2012** – resumo técnico. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013

IVO, Ivana Pereira; SILVA, Cintia dos Santos Pereira da. **Educação Escolar Indígena: reflexões sobre língua e cultura nos territórios Etnoeducacionais**. Terra Livre, São Paulo, Ano 30, vol. 2, n.45, p.197-224.

LADEIRA, Maria Inês. **Espaço Geográfico Guarani-Mbya: significado, constituição e uso**. São Paulo: Edusp, 2008

MEC. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

MELIÀ, Bartomeu. **Educação indígena e alfabetização**. São Paulo: Edições Loyola, 1979.

\_\_\_\_\_. **Educación Indígena y Alfabetización**. Traducción y composición Maria Luisa Otazú. Centro de Estudios Paraguayos Antonio Guasch: Assunción, Paraguay, 2008.

MELATTI, Julio Cezar. **Índios do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

NOBRE, Domingos. **Uma pedagogia indígena guarani na escola, pra que?** Campinas: Curt Nimuendaju, 2009.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Linguas brasileiras**: para o conhecimento das linguas indigenas. São Paulo: Loyola, 1993.

SCHADEN, Egon. **Aspectos fundamentais da cultura Guarani**. São Paulo: Boletim n° 188, Antropologia n° 4, 1954.